

Espacialidades concebidas e construídas: as fotografias dos postos indígenas do SPI em Mato Grosso¹

Lucybeth Camargo de Arruda

Resumo: Este artigo trata da exterioridade de cinco postos indígenas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), localizados em Mato Grosso, na primeira metade do século XX, enquanto arquitetura, instalação, vista geral e parcial desses espaços. As reflexões partem de fotografias panorâmicas destes postos tomando, em princípio, o plano métrico, o arquitetural e a expressão plástica espacial, cujos contornos materiais, dotados de limites fronteiriços físicos, culminam em fronteiras conceituais, simbólicas. Essas imagens me fizeram ir atrás das instruções dessas construções para acompanhar como o posto foi ganhando materialidade arquitetônica. No entanto, nesse processo de construção vamos percebendo espaços sendo construídos como reflexo dos sentidos de quem os concebeu. Dessa perspectiva diacrônica percebemos multiplicidades de configurações espaciais nessa exterioridade que se apresenta. Ao olhar para as panorâmicas, enxergamos o posto indígena como máquina administrativa, lugar feito para os índios e habitado pelos funcionários do SPI. Com isso, o artigo demonstra a fissura física nessa aparência do posto indígena como um todo e, conseqüentemente, a fissura mental dessa concepção inscrita no ato de instalação e construção de um espaço para os índios e não dos índios. Não que o espaço dos índios não existisse. Muito pelo contrário, as aldeias estavam presentes e, inclusive, elas aparecem nas fotografias, porém, de forma apartada desse constructo pensado, construído e materializado como posto indígena. Palavras-chave: Postos indígenas, Construção Física e Conceitual, SPI, Fotografias, História e Antropologia.

Conceived and constructed spaces – Photographs of the architecture from SPI Indigenous posts in Mato Grosso

Abstract: This article examines the architecture of the exterior of five *Serviço de Proteção aos Índios* (SPI) indigenous posts during the first half of the 20th century, specifically considering installations, and general and partial views of these spaces. The reflections initially stem from the metric plain, architecture, and artistic spacial expression in panoramic photographs of these posts, material arrangements that, possessing physical bounds, culminate in cultural and symbolic frontiers. These images let me to search for the instructions to these constructions and to trace how the post gained architectural materiality. However, accompanying the process of construction we perceive how the spaces being constructed were reflections of the feelings of those who created them. Using this diachronic perspective, we recognize the multiplicity of spacial configurations presented within this facade. From the panoramas we see the indigenous post as administrative machines, locations made for the Indians and inhabited by SPI's employees. With this, the article demonstrates a physical division in the appearance of the indigenous post as a whole and, consequently, a mental division that was inscribed in the act of installing and constructing a space for Indians but not of the Indians. It is not that space for Indians did not exist, much to the contrary, villages were present and appear in the photographs, but are separate from the construct conceived, built, and materialized as an indigenous post.

Key words: Indigenous Posts, Conceptual and Physical Construction, SPI, Photography, History and Anthropology

Resumen: Este artículo aborda la configuración arquitectónica de cinco puestos indígenas del *Serviço de Proteção aos Índios* (SPI), localizados en Mato Grosso, en la primera mitad del siglo XX, en cuanto, instalación, vista general y parcial de esos espacios. Las reflexiones parten de fotografías panorámicas de esos puestos tomando, en principio, el plano métrico, o arquitectural y la expresión plástica espacial, cuyos contornos materiales, dotados como límites fronterizos físicos, culminan en fronteras conceptuales, simbólicas. Esas imágenes me han llevado a buscar las instrucciones de las construcciones para acompañar el proceso de conformación de la materialidad arquitectónica del puesto. Sin embargo, en ese proceso de construcción vamos percibiendo espacios siendo construidos como fiel reflejo de los sentidos de la persona los ha concebido. Desde esa perspectiva diacrónica percibimos múltiples configuraciones espaciales que se presentan a través de la exterioridad. Al observar las panorámicas, vemos el puesto indígena como una máquina administrativa, un lugar hecho para los indios y habitado por los funcionarios del SPI. Con todo esto, el artículo muestra la fisura física en la apariencia del puesto indígena como un todo y consecuentemente, la fisura mental de esa concepción inscrita en el acto de la instalación y construcción de un espacio para los indios y no de los indios. No estamos diciendo que no existiese el espacio de los indios. Por el contrario, las aldeas estaban presentes e, inclusive, ellas aparecen en las fotografías, pero, alejados de esa estructura arquitectónica pensada, construida y materializada como puesto indígena.

Palabras llave: Puestos indígenas, Construcción física y Conceptual, SPI, Fotografías, Historia y Antropología.

Introdução

Em 13 de janeiro de 1922, o diretor interino do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) L. B. Horta Barbosa enviou ao inspetor de Mato Grosso o seguinte comunicado:

Tendo o senhor Ministro aprovado a proposta desta diretoria relativa a fotografia dos estabelecimentos e Serviços de vossa inspetoria, recomendo-vos que, com máxima urgência, organizeis um programa de aspectos que convém ser fotografados nas dependências da vossa repartição (...)².

Depois de alguns anos de investimento na construção de postos indígenas, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) passou a utilizar a fotografia como um instrumento importante para demonstrar e confirmar o “êxito” da política integracionista. Em que pese às distinções étnico-culturais manifestas nas espacialidades dos postos, existiu um manual do contato construído e divulgado pelo Serviço. Acredito ser importante destacar como o órgão foi criando, ou melhor, recriando a necessidade de documentar todas as suas ações. O importante era registrar tudo, seja no formato de relatório, telegrama ou carta. Os registros do SPI eram fundamentais para a máquina administrativa que ganhava vida e sentido com o documento e, assim, ajudava a criar a república emer-

gente via comprovação e justificativa da ação e conseqüentemente, dos recursos. A inspetoria era a responsável por reunir todas as informações em nível regional, para enviar à Diretoria do SPI, localizada no Rio de Janeiro, principalmente, em formato de relatório. Os encarregados e auxiliares tinham o dever de informar tudo que se passava no interior dos postos, espaços estes que estavam geograficamente muito distantes do centro gestor e regulador dessa política. Com a documentação dessas ações, o governo, através do SPI, construiu uma engrenagem de controle para saber o que estava sendo feito nos rincões do país.



Imagem SPI00049: Equipe foto-cinematográfica composta pelos Srs. Nilo Oliveira Vellozo, Heinz Foerthmann, Carlos Barreto de Souza e auxiliares Terena. S., Harald. 1942³

A fotografia chega com força nesse contexto, não só como um instrumento de trabalho, mas também carregada de significados de um Brasil moderno que imprimia um jeito inovador de documentar suas ações com um discurso da objetividade em ação. Assim como a documentação escrita, o recurso visual estava pautado também na construção de uma história positivista pelo seu formato de fiel reflexo do real. Aliás, a fotografia, desde o final do século XIX, se converteu em uma das ferramentas mais úteis para catalogar as coisas e as pessoas, respondendo assim às correntes tipologizantes do pensamento social, como bem afirma o estudioso Luis C. Calvo⁴.

A partir de métodos nos campos da fotografia, antropologia e história, faço o exercício de olhar e pensar fotografias que pertencem a três coleções fotográficas que foram produzidas pela equipe de Foto-Cinematografia da Seção de Estudos (SE), departamento pertencente ao SPI. Esses funcionários viajaram em expedição para cinco

postos indígenas, localizados no estado de Mato Grosso. No ano de 1942, a equipe, comandada por Harald Schultz produziu a coleção fotográfica, com 1093 imagens, ao visitar os postos indígenas Cachoeirinha e Taunay, denominada de “documentário Terena”. No ano de 1943, a equipe sob o comando do funcionário Nilo Vellozo produziu uma coleção de fotografias, denominada “Bororo”, ao visitar os postos indígenas São Lourenço e Córrego Grande, com 506 imagens. Nesse mesmo ano, essa equipe foi até o posto Simões Lopes, onde fotografou índios Bakairi e índios de vários grupos localizados na região da bacia hidrográfica do Rio Xingu. Esta última coleção, denominada “Posto Simões Lopes” está composta por 142 imagens.

Ao mergulhar nesse acervo imagético⁵, as três coleções ganharam força e dinamizaram a pesquisa, principalmente, pelo fato de serem fontes que agem com flexibilidade em sentidos opostos, ora como espelhos de atitudes conscientes e ora como distorções da realidade. Nem por isso, deixamos de lado a documentação administrativa referente aos postos indígenas, que serviram de cenários para as coleções fotográficas, até por que o corpo documental, escrito e imagético, não está descarnado um do outro. Imagens e palavras se completam e compõem uma narrativa importante da história dos índios através do órgão que regia a política indigenista no Brasil, desde a primeira década do século XX, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI). Pelo fato de mesclar documentação imagética e escrita, o exercício proposto será o de ampliar o máximo a perspectiva metodológica, no sentido da experimentação, na tentativa de aproveitar o acervo iconográfico e ter como princípio olhar para as fotos, e, a partir daí, mover em direção às palavras que aparecem em forma de documentação do SPI.

Desse movimento primeiro de “olhar” para as fotografias, identificamos elementos e movimentos que ganharam aberturas e desdobramentos e ainda nos foi permitido ver as fissuras estruturais da amálgama “posto indígena”. As imagens nos permitem acessar inúmeros elementos que nos levam a um grande leque de assuntos ligados à história dos índios no Brasil. Ao deslocar o olhar, para o que está fragmentado nas imagens, num plano indiciário⁶, a minha hipótese caminha no sentido de que o índio que morava ou visitava o posto indígena, seja do Córrego Grande, do Posto Taunay, Cachoeirinha, São Lourenço ou Simões Lopes⁷, estava a todo o momento, ativo e participativo, muito além da dicotomia selvagem/assimilado. Ele estava literalmente na fronteira, perfazendo mobilidades dentro e/ou fora da delimitação do posto. As

imagens nos dão conta de um Bororo, Terena ou Bakairi em trânsito, indo e vindo, trocando, comprando, vendendo, trabalhando, estudando, dançando, agindo e atuando, enfim, vivendo. Em muitas situações, revela um índio presente que está compondo e constituindo o posto indígena, mas, também, revela sinais de atividade e criatividade nesse ato de estar e fazer parte do posto.

Para este artigo, vamos centrar na documentação (imagens e palavras) que fala do espaço do posto indígena. O primeiro movimento que o SPI fazia ao definir uma região para a instalação de um posto e o grupo a ser aldeado era o estudo dessa espacialidade⁸, levando em conta, principalmente, se havia conflitos entre os grupos indígenas e os não índios. A maioria dos conflitos tinha como mote a posse de terras para fins econômicos (extrativismos mineral e vegetal, lavoura e pecuária). Atentando para as fotografias que revelam as instalações dos postos é que faço a nossa incursão.

Fronteiras físicas e conceituais



Imagem SPI02862: Placa na estrada Cuiabá-Campo Grande, indicando a estrada para os postos Bororo no Posto Indígena São Lourenço. A inscrição na Placa diz SPI – Córrego-Grande (S. Lourenço), uma seta com orientação para o lado direito e abaixo: Boróros.

*A imagem material ou literal é uma boa evidência da
"imagem" mental ou metafórica do eu ou dos outros.*

Peter Burke

Ao fazer referência no subtítulo deste artigo para balizas geográficas, remeto, necessariamente, ao espaço físico desses postos, lugares concebidos, recortados, delimitados, autorizados e constituídos pelo Estado brasileiro para os povos indígenas. Em certo sentido, podemos fazer a correlação dessa ação com a demarcação dos domínios do Estado sobre grupos indígenas. Mas, não no sentido do domínio através de um poder de conquista, com alusão à guerra. O domínio, neste caso, está nos termos de controle e, em se tratando de povos indígenas, ainda dá para vincular a disciplinamento. As ações de domínio sobre os índios estavam relacionadas à noção positivista da proteção, do ordenamento (ordem) e com a preocupação com a evolução (progresso).

Fincar balizas e estabelecer fronteiras a partir das instalações dos postos eram como práticas naturalizantes do controle protecionista, a ponto não só do não reconhecimento das espacialidades indígenas pelo Estado brasileiro, como ainda de ser lido de forma inversa, fazendo da criação de um posto indígena, um lugar concedido, como dádiva do Estado para determinado grupo indígena.

Tomamos a imagem SPI02862 (logo acima) para pensar. O ato de fincar a placa com os dizeres: "SPI. Córrego-Grande (São Lourenço) Borôros" e a necessidade de identificar a direção dos limites, entendemos como, antes de demarcar o espaço como se fosse dos Bororo, demarcava o lugar sob o controle do Serviço de Proteção aos Índios. Essa ação demonstrava a concessão por parte do Estado, e consequentemente, domínio e controle. A delimitação através da placa, além da marca do espaço físico, significava a representação do espaço conceitual, que estava embutido e interligado ao físico e que foi sendo construído ao longo do processo de interação entre funcionários e grupos indígenas.

Os tentáculos da Inspeção Regional 06: os postos indígenas

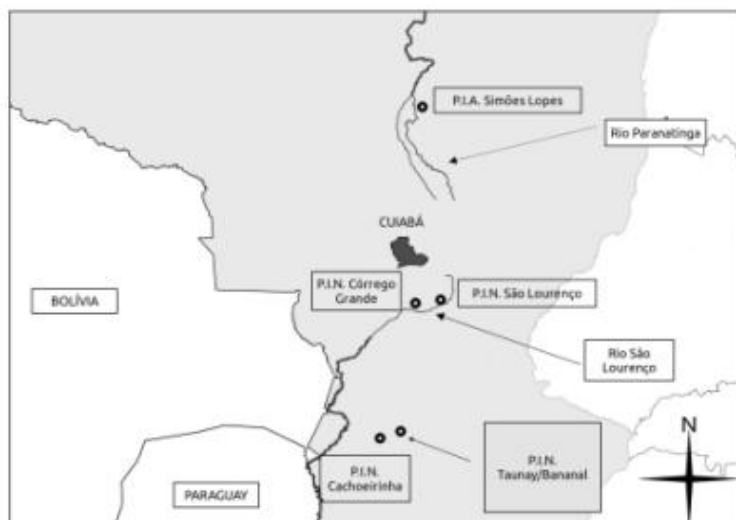


Ilustração 01: Contorno da antiga configuração do mapa de Mato Grosso com a localização aproximada dos postos indígenas onde foram produzidas as imagens que são aqui analisadas.

Partindo de Cuiabá, a capital de Mato Grosso, através da instalação da inspeção regional 06, o SPI lançou as suas raízes pelo interior do estado com o objetivo de transformar os territórios indígenas em postos/reduções (espaços recortados e delimitados) e mantendo os índios sob o poder tutelar⁹, segundo os moldes da urbanidade requeridos pelo projeto civilizatório, com (...) *os índios nas suas casinhas de telha e até luz elétrica, as vacas leiteiras pastando no campestre aramado*¹⁰. Assim, o Serviço, consequentemente, estaria contribuindo para costurar as porções de terras do lado oeste com o resto do país, tidas como longínquas e vastas, mas com grande potencial sócio-econômico¹¹.

Os que trabalhavam nesse projeto tinham clara sua efetiva contribuição para a expansão econômica por meio de produtos extrativistas, agrícolas e até industriais, além do adensamento populacional, que vinha como consequência desse desenvolvimento aspirado pelas elites e pelo governo republicano. Os tentáculos do Serviço nasciam a partir de uma hierarquia administrativa, que em Mato Grosso tem o seu início em 1911, alguns meses após a criação do SPI em outubro de 1910, com a instalação da sede da inspeção regional 06. Na documentação pesquisada foram encontradas as *Instruções destinadas para instalação da sede e para a visita geral às terras habitadas pelos índios*¹². Nessa documentação fica visível que a expedição às terras habitadas

pelos índios era uma das principais atividades do inspetor em ação, pois a sua pessoa era a autoridade maior na região e o olho do Estado, no sentido de ter o controle a partir de uma visão macro de como encaminhar as ações do Serviço.

É dever organizar e levar a efeito, com os recursos que forem postos à sua disposição pela Diretoria, uma expedição destinada a iniciar as relações amistosas com os índios e constatar detalhadamente a situação em que ficam as terras pelos mesmos, habitadas, seus limites naturais e os tidos como tais pelos maiores da tribo, condições gerais de clima e salubridade, aspecto geográfico das regiões, sua fertilidade e adaptação à vida pastoril e agrícola; (...) Bem como o de escolher o lugar de instalação de um posto; contratação e pagamento de pessoal; compra de material para as expedições e também para a manutenção dos postos; informar separadamente sobre o grau de desenvolvimento e recursos das zonas habitadas pelas diversas tribos, receber e prestar informações acerca do desenvolvimento de cada tribo, do estado de sua existência nômade ou sedentária, e do grau de adaptação de cada uma à civilização ocidental, no que concerne aos hábitos e costumes; informar também sobre as relações que essas tribos mantêm com as povoações mais próximas, se essas relações são cordiais ou não, e se são os mesmos vítimas de especulações e abusos; investigar as razões das questões e contendas existentes, quer de índios entre si, quer entre esses e os civilizados; informar todas as perseguições, usurpações e injustiças de que sejam alvo os índios; propor medidas e expedientes conciliatórios e generosos, no sentido de ser restabelecida e mantida a paz, e evitadas de parte a parte violências e depredações; organizar todos os dados reunidos em um relatório, que, para juízo deste Serviço, deve ser dirigido à Diretoria Geral, a fim de poder a mesma mandar proceder à demarcação das terras que se destinam às povoações indígenas e, finalmente, remeter à 2ª Sub-Diretoria, a fim de ser a sua comprovação encaminhada para o Tribunal de Contas¹³.

A inspetoria era o elo entre a Diretoria e os postos indígenas. Ela cumpria o papel mediador e facilitador do gerenciamento e do controle local. Ela tinha autonomia para tratar das questões indígenas diretamente com a diretoria geral do SPI, cargo máximo do órgão e, este, estava ligado a um ministério federal. Entre a sua criação, 1910, até o ano de 1945, o SPI passou pelo Ministério da Agricultura e do Comércio, depois, foi transferido para o Ministério da Guerra e, em 1938, voltou a ser ligado ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O organograma administrativo inicial tinha acima da inspetoria regional, duas subdiretorias e, acima de tudo, uma Diretoria Geral composta por um diretor geral, um primeiro oficial e um segundo oficial.

A regional 06 se instalou em uma rua estreita do centro de Cuiabá, a 24 de outubro, e já com a missão de uma primeira expedição de *visita às terras habitadas pelos índios*¹⁴. Este documento traz uma característica interessante para pensar os braços do Estado enquanto uma política ainda pautada nos termos de uma colonização interna

territorial. O domínio das terras estava certo e claro, nos papéis administrativos da República ainda em construção, mas não necessariamente, de forma ativa nessa espacialidade do oeste brasileiro. Ao se referir às terras como “habitadas pelos índios”, o documento nos diz de uma posse administrativa, via meios legais do Estado, mas, que, na prática, necessitava de ações expedicionárias e de delimitações territoriais para conformar essa posse, que era ainda um lugar – um pedaço de terra – de fato, dos índios, ou como o próprio documento se referia: *habitadas pelos índios* e, a inspetoria teria a função de ajustar e definir exatamente qual porção de terra ficaria “habitada pelos índios” através das instalações dos postos, em uma alusão de uso de um determinado e delimitado espaço, pois, a posse era do Estado e ele definiria o que se colocaria à disposição das frentes de colonização para o efetivo adensamento populacional e desenvolvimento econômico.

O SPI e o governo tinham claro esse movimento no estado de Mato Grosso. E isso se configurava mesmo antes da instalação da sede da inspetoria do SPI. É necessário considerar outros fatores que se justapõem nesse processo. O primeiro desses fatores radica na própria pessoa de Cândido Mariano Rondon¹⁵, o diretor geral do SPI, que era natural de Mato Grosso, oriundo de um pequeno povoado chamado Mimoso, acerca de 100 quilômetros da capital. Órfão, ainda criança, ele foi morar com o seu tio na capital mato-grossense e teve a oportunidade de estudar e, depois, de ir para o Rio de Janeiro, onde seguiu a carreira militar na Escola Militar da Praia Vermelha¹⁶.

Antes de assumir a direção do Serviço de Proteção aos Índios, Rondon acumulava experiência da Comissão de Linhas Telegráficas e passou, a partir de 1910, a exercer duas funções no governo federal, o de diretor geral da Comissão Rondon, ou melhor, da Comissão de Linhas Telegráficas e Estratégias do Mato Grosso ao Amazonas e também o de diretor geral do órgão tutelar dos índios. Outro fator que devemos considerar nessa trama era que Cândido Mariano Rondon dispunha de um objetivo nacional, formulado pelo governo de Afonso Penna em 1906, de incorporação efetiva dos territórios do Acre, do Purus e Juruá ao Brasil¹⁷.

Entre estas medidas figurava, em primeiro plano, a da construção de uma linha telegráfica que ligando a Capital da República àqueles territórios, tornasse possível sobre eles a permanente ação do governo central com a regularidade exigida pela magnitude dos interesses nacionais ligados àqueles regiões¹⁸.

Para esse intento, Mato Grosso era estratégico e a linha telegráfica cortaria todo o estado. O presidente Afonso Penna, ao tomar conhecimento da grande investida, chamou Rondon para pedir a sua opinião e convidá-lo para tal tarefa, onde ficou acertado que:

A nova comissão se encarregaria não só da construção propriamente dita de linhas telegráficas, como também de todos os serviços que se prendessem ao completo conhecimento da região que se ia atravessar sob o ponto de vista geográfico, botânico e mineralógico e mais ainda do descobrimento das populações indígenas que lá existissem as quais ficaram sob os cuidados da comissão no intuito de se evitar que a penetração de seus territórios fosse acompanhada das calamidades e crueldades sofridas pelos habitantes de outras regiões onde se haviam estabelecido estradas de ferro ou de rodagem, instalado linhas de navegação ou feito simples incursões de explorações geográficas ou ainda de demarcação de limites¹⁹.

Esse auspicioso planejamento e esquadramento das raias brasileiras, em especial da fronteira oeste, foi desencadeado por Rondon e evidenciava os interesses da emergente República frente aos povos indígenas do Brasil e mais, segundo Lylia Galletti²⁰, representava a inserção efetiva do progresso, via ação civilizadora sobre os índios.

Ao mesmo tempo, a Comissão descortinava os sertões mato-grossenses como uma fronteira do país, na sua dupla acepção de espaço da *barbárie* e terras novas – região abundante em recursos naturais, que ela própria encarregava-se de inventariar – a ser colonizada pela nação²¹.

Além desses fatores entrelaçados, essa ocupação tão pouco era por ela mesma, senão uma ocupação com forças políticas locais em um movimento do capital econômico que envolvia uma escala macro da economia, movimento este, oriundo de um processo de formação do Brasil enquanto “Estado nacional” que não originou no início do século XX e sim em um tempo anterior à instauração da República e por que não dizer de um processo mais longo, caracterizado pela conquista, ocupação e disputa de território no período colonial, isso se buscamos uma história de longa duração.

Nesse processo, acredito ser importante apontar a Lei de Terras de 1850, que capitaneou uma política fundiária baseada na passagem de terras devolutas e públicas para o domínio privado, desconsiderando por completo os grupos indígenas e seus territórios e essa transferência, em nenhum momento esteve desligada de um forte

interesse político-econômico expansionista. Em documento de 1918, após oito anos de sua criação, o SPI indica a eficiência do órgão, que se apresentou como uma verdadeira lança das novas frentes de expansão, pois, como disse antes, a pacificação dos índios não tinha apenas o objetivo civilizatório:

A excelência e absoluta eficácia do processo usado pelo Serviço (SPI) para pacificar os sertões disputados por civilizados às tribos guerreiras que as ocupam desde épocas imemoriais, só lhes teríamos de responder que esse processo já havia dado idênticos resultados ao General Gomes Carneiro, o empregou em 1891 aos índios Bororos do rio das Garças, que impediam a passagem da linha telegráfica de Goiás para Cuiabá; aos Nambikuaras, que defendiam as florestas abundantes de seringueira da região do Juruena; aos Barbados, que desde tempos coloniais fechavam ao acesso dos civilizados às matas da Poaia; aos Arikunes e a dez outras nações de índios guerreiros que habitam o vasto Noroeste Mato-Grossense a partir do Planalto dos Parecis até as margens do Madeira²².

As instalações dos postos estavam pensadas a partir desse desenho geopolítico e econômico rumo à exploração extrativista vegetal e mineral e concomitante com a criação de cidades e áreas rurais. As frentes de expansão foram adentrando aos territórios indígenas como se fosse terra de ninguém ou simplesmente por meio da chancela do estado brasileiro, que fazia a concessão com o propósito da expansão territorial com forte característica econômica, restando aos grupos indígenas os espaços dos postos.

A exterioridade dos postos indígenas.

VII. As lavouras serão também filmadas, assim como, o gado de cria e as instalações do posto. Estas devem ser, caso seja possível, fotografadas e filmadas de bordo do batelão, navegando nas imediações da ilha²³.

Essas instruções foram direcionadoras do foco da câmera de Heinz Foerthmann para o trabalho de cine-fotografia junto aos Bororo, na Povoação São Lourenço. Tenho como hipótese que esse direcionamento foi feito para todos os outros postos indígenas que foram fotografados nas duas expedições da Seção de Estudo, no Estado de Mato Grosso, nos Postos Taunay e Cachoeirinha, no ano de 1942, e nos Postos São Lourenço, Córrego Grande e Simões Lopes, em 1943.



Imagem SPI02864: Vista geral do Posto Indígena São Lourenço. Da esquerda para direita: estação telegráfica, escola, casa do encarregado (sede da Colônia Militar), casa de hóspedes, hospital (em construção), casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia. São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943²⁴.

Ao olharmos para a fotografia panorâmica da povoação São Lourenço, imagem SPI02864, percebemos a intencionalidade de Foerthmann de registrar a materialidade do projeto civilizador assinado pelo Estado brasileiro, através, da política indigenista via Serviço de Proteção aos Índios. A legenda dá a referência dessas edificações e confirma essa materialidade:

Vista geral do Posto Indígena São Lourenço. Da esquerda para direita: estação telegráfica, escola, casa do encarregado (sede da Colônia Militar), casa de hóspedes, hospital (em construção), casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia²⁵.

Essas operações de orientação que circunstanciam a espacialidade do Posto Indígena São Lourenço, por meio da composição entre fotografia e legenda, dão conta da nomeação de toda a estrutura. Em princípio, a leitura se fecha para ver o empreendimento ordenado, regulado e organizado, com edifícios estruturados que cumprem funções bem definidas: casa para o encarregado, casa para os empregados, escola, um lugar para a comunicação (estação telegráfica), um lugar para o trabalho (casa de máquinas), assim como uma casa para os hóspedes, que nessa época estava ocupada pela equipe foto-cinematográfica. A imagem do posto nos fornece a noção de um pequeno vilarejo à beira do rio São Lourenço e sem muito mais.



Imagem SPI02978: Hospital, casa de hóspedes, moradia do encarregado e escola do Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943



Imagem SPI00936: Vista da área do posto, estando à direita a sede – Cachoeirinha. Schultz, Harald, 1942.

As fotografias panorâmicas dos postos Córrego Grande e Cachoeirinha, imagens SPI02978 e SPI00936, (acima), respectivamente, não fogem a esse padrão, cujas legendas informam: *vista parcial do Posto Indígena mostrando pombal, hospital, casa de material e oficina; vista da área do posto, estando à direita a sede* etc. O que dá a entender, tomando ao “pé da letra”, as edificações como constituintes da substancialidade da política indigenista, nos levando a sugerir como leitura a concepção de “espaço” nos termos da “modernidade”, dita por Lefebvre²⁶ com *características precisas: homogeneidade-fragmentação-hierarquização*. Ao ler essas fotos, o aspecto homogêneo está no primeiro plano, através da visão panorâmica geral ou parcial dos postos, idealizado como o centro irradiador e com intenções de *fabricação de elementos e materiais (...) métodos de gestão e de controle, de vigilância e de comunicação*²⁷.

Porém, há mais coisas para olhar, ou melhor, tomando a imagem (SPI02864),

percebemos que há elementos que aparecem na legenda e, não necessariamente, aparecem na fotografia. Ao querer abarcar toda a estrutura, o fotógrafo é obrigado a fazer a foto da outra margem do rio, isto é, de longe e com isso, alguns elementos perderam a nitidez. A legenda indica a presença de uma aldeia – *casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia*²⁸. Mas, a necessidade de enquadrar as casas da administração do posto foi tamanha, que a aldeia só aparece mesmo através da legenda, ou ainda, através de outra fotografia, que Foerthmann fez em outro momento durante a expedição, que é a imagem SPI02872 (logo abaixo), cuja legenda indica a *aldeia dos índios Bororo junto ao posto*.



Imagem SPI02872: Aldeia dos índios Bororo junto ao posto. Forthmann, Heinz, 1943

Retomando a fotografia da povoação São Lourenço – refiro-me à vista panorâmica, imagem SPI02864, feita a partir da margem do outro lado do rio São Lourenço ou ainda do outro lado da ilha – esta, como bem sugere a instrução, revela nitidamente as edificações feitas pelo e para o Serviço, mas, não dá conta de mostrar com a mesma evidência as edificações feitas pelos e para os índios (aldeia). Aqui, chamamos a atenção, também, para o fato de que a legenda não menciona “casas dos índios”, como faz para com outras instalações da povoação, e sim, “a aldeia”, revelada logo acima. Essa nomenclatura, penso que tem implicações, ou, no mínimo, pode ser indicativo para pensar em uma não transformação (nos termos idealizado pelo SPI) das moradias dos Bororo, mesmo com a presença da povoação a menos de um quilômetro. Outra situação que chama a atenção na imagem feita da aldeia, é que não aparecem mais especifica-

ções, não apontando, por exemplo, o nome. Pois, na documentação são até bem comuns as denominações das aldeias Bororo que estavam dentro dos limites da povoação e do posto Córrego Grande e das que estavam localizadas no entorno dos postos. Os funcionários mencionam, por exemplo: Miao-Paro, Quejare²⁹, Tadarimana-Paro, Tugukuri, Coqueidjaro e a Pobore³⁰.

A partir do momento que as aldeias são, de alguma forma mencionadas pela documentação, e, que, de fato, fazem parte dos espaços dos postos, concordamos com Lefebvre que afirma que a homogeneidade revela falsos “conjuntos” e oculta as relações e os conflitos.



Imagem SPI02978: Hospital, casa de hóspedes, moradia do encarregado e escola do Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943



Imagem SPI03063: Vista de algumas malocas Bororo junto ao Posto Córrego Grande. Foerthmann. 1943



Imagem SPI00936: Vista da área do posto, estando à direita a sede – Cachoeirinha. Schultz, Harald, 1942.



Imagem SPI00794: Rua do posto com habitações Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00005: Aldeia Bananal, vista do pátio, com edifício de administração e catavento (antiga Aldeia do Ipegue). Schultz, Harald. 1942. (Posto Taunay).



Imagem SPI00653: Rua do Posto Indígena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI02637: Vista parcial do Posto Indígena mostrando pombal, hospital, casa de material e oficina (Simões Lopes). Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI02730: Moradia dos índios Bakairi. Foerthmann, Heinz. 1943.

Para melhor acercar essa exterioridade dos postos, recortamos e expusemos

uma sequência de imagens dos postos Córrego Grande, Cachoeirinha, Bananal/Taunay e Simões Lopes, (SPI02978, SPI00936, SPI00005 e SPI02637), e, ao lado, à esquerda, as fotos de suas respectivas “aldeias” ou “casas dos índios” (SPI03063, SPI00794, SPI00653 e SPI02730). Esta exposição sequencial tem, ainda, o intuito de fazer olhar, pensar e comparar as fotografias referentes a “instalações dos postos” que fazem parte das coleções aqui estudadas.

Olhar a partir das várias perspectivas panorâmicas dos postos, produzidas por Schultz e Foerthmann, nos faz pensar que havia claramente uma intenção de evidenciar a totalidade de uma estrutura única. No entanto, ao refletir sobre elas e olhar os fragmentos que compõem essas estruturas, mesmo com a ajuda de outras fotografias, salta aos olhos a presença das aldeias indígenas nas extensões desses espaços. Elas, nos revela assim, as clivagens na constituição dos postos indígenas, demarcando não só fronteiras conceituais como também físicas, o que a priori, “não pareceria possível”, já que a fronteira física estava exteriorizada através desse modelo maior que era o posto indígena. E, este, por sua vez, tinha “para dentro” a concepção de uma estrutura homogênea e moldada do projeto civilizador, sem mais a presença das aldeias no formato de malocas ou ainda, sem elementos que denunciassem seu aspecto primitivo.



Imagem SPI02978: Hospital, casa de hóspedes, moradia do encarregado e escola do Posto Indígena. Foerthmann, Heinz. 1943.



Imagem SPI03063: Vista de algumas malocas Bororo junto ao Posto Córrego Grande. Foerthmann. 1943



Imagem SPI02872: Aldeia dos índios Bororo junto ao posto. Forthmann, Heinz, 1943.



Imagem SPI02864: Vista geral do Posto Indígena São Lourenço. Da esquerda para direita: estação telegráfica, escola, casa do encarregado (sede da Colônia Militar), casa de hóspedes, hospital (em construção), casas dos empregados, casa de máquinas e aldeia. São Lourenço. Foerthmann, Heinz. 1943.

Ao reparar nas duas imagens do Posto Córrego Grande (SPI02978 e SPI03063), a fragmentação se revela de maneira semelhante às imagens do Posto São Lourenço (SPI02872 e SPI02864) – posto indígena de um lado e aldeia de outro. Mas, essa característica está presente em toda a sequência de imagens.



Imagem SPI00936: Vista da área do posto, estando à direita a sede – Cachoeirinha. Schultz, Harald, 1942.



Imagem SPI00794: Rua do posto com habitações Terena. Schultz, Harald. 1942.



Imagem SPI00005: Aldeia Bananal, vista do pátio, com edifício de administração e catavento (antiga Aldeia do Ipegue). Schultz, Harald. 1942. (Posto Taunay)



Imagem SPI00653: Rua do Posto Indígena. Schultz, Harald. 1942.

Talvez, nos postos Cachoeirinha e Taunay, imagens (SPI00936 e SPI00794; SPI00005 e SPI00653), feitas para os índios Terena seja possível ver uma distância menor entre posto e aldeia, esta impressão de distância atenuada se deve à disposição das casas dos índios em arruamento e à paisagem de campo gramado com árvores frutíferas tanto ao redor da sede e casa do encarregado quanto das casas dos Terena. Pelo que consta na documentação, essa disposição vinha desde antes da instalação do posto, feita pelo SPI, uma vez que o processo de construção de reservas indígenas para os Terena e para outros grupos da região do sul de Mato Grosso se deu depois da guerra do Paraguai e, em seguida, durante a instalação das Linhas Telegráficas da Comissão Rondon, por volta de 1904³¹. Em relatório de 1915, no início dos trabalhos via SPI, o encarregado afirma que

Na sede do posto estão edificadas em arruamento 35 casas cobertas de capim, rebocadas de barro e caiadas, onde habitam as famílias dos índios. A população índia do aldeamento Bananal³² é composta de 732 almas que vivem da pequena lavoura, da criação de aves, suínos e um pouco de gado bovino.

É uma população ordeira e sedentária que já produz grande parte dos cereais que consomem em Miranda e Aquidauana, e que uma vez concentrada nos aldeamentos do Bananal, Ipêgue e Cachoeirinha, conveniente auxiliada, fará rápido desenvolvimento³³.

Esse trecho revela informações importantes que são percebidas nas imagens das casas dos índios Terena, tanto no Posto Taunay quanto no Posto Cachoeirinha. As casas dos índios não eram de alvenaria no ano de 1942. Pelo contrário, mais adiante, vamos ver através de outras fotos que as casas continuaram sendo feitas de barro socado, um tipo de construção em terra crua com trama de madeira ou bambu, chamada de casa de taipa em pau a pique e cobertas de palha de buriti ou babaçu. Isto é, desde antes do SPI e mesmo depois da atuação “civilizatória” com a instalação do posto, eles continuaram construindo casas desse modo, não havendo uma “melhoria” em termos de materiais de construção, pelo fato de a gerência passar a ser feita pelo SPI. A não ser, para as casas das lideranças indígenas que também eram feitas de terra crua, mas com uma técnica mais elaborada sob a forma de tijolos crus, sem cozimento, depois era caiada e coberta de palha. A distinção das casas dos “capitães”, como eram chamados os líderes Terena, era aceita dentro da estrutura física do posto, por uma questão política e também por conta da própria hierarquização que estava conformada na concepção do “projeto civilizador”.

Mas, para além dessa fragmentação já concebida e caracterizada dentro de uma lógica própria dos espaços “modernos”, conforme análise de Lefebvre³⁴, colocamos como questão, não as casas institucionais e dos funcionários do SPI, mas sim, a aldeia (para os Bororo) e as casas dos índios (para os casos dos Terena e Bakairi) dentro dos limites dos postos. O que significava a conformação dos “índios” em suas casas com característica arquitetônica de aldeia quase trinta anos depois de trabalho contínuo do SPI dentro das instalações dos postos? Para um exemplo a partir das imagens que apresentamos, o que significava ter os índios Bororo que “moravam” nos Postos São Lourenço e Córrego Grande, mas, que de fato, ainda moravam nas aldeias, em uma configuração espacial de estarem localizados à parte, no final da extensão arquitetônica? Há ainda que mencionar o fato de que havia outras aldeias, por exemplo, dentro

dos limites do Posto São Lourenço, que estavam totalmente fora das vistas e do controle “direto” dos funcionários. Outra questão vai à direção de pensar o caso dos Terena, o fato de estarem morando numa paisagem análoga à das edificações do posto, de casas em arruamento. A partir dessa arquitetura dá para pensar que estavam mais próximos de alcançar o “estágio civilizatório”?

Mirar essa sequência nos faz perguntar se essa fissura entre posto e aldeia era característica presente, guardadas às devidas proporções, da maioria dos postos indígenas. Essa questão surge, não buscando uma generalização, e sim, por conta da particularidade engendrada na ação de construir um lugar para o Outro, de outra cultura, considerando os seus valores em detrimento dos valores desse Outro, desconsiderando de forma compulsória que esse Outro possuía modos próprios de se constituir enquanto pessoa, enquanto casa e enquanto grupo, enquanto espaço propriamente dito etc. Nessa ação padronizadora, o SPI criou uma variedade de cinco modelos de postos indígenas considerando os estágios de evolução social e contextos regionais. Através desta pesquisa trabalhamos com dois desses modelos, o posto de *Atração* – PIA –, que se referia às fotos da coleção do Posto Simões Lopes, no norte de Mato Grosso e, o posto de *Assistência, Nacionalização e Educação* – PIN, que traz as imagens de outras duas coleções que foram produzidas nos PIN São Lourenço, Córrego Grande, Cachoeirinha e Taunay.

De acordo com as normas de finalidade do SPI, o PIA tratava de

atrair os índios hostis arredios, facultando-lhes de começo os auxílios e brinde regulamentares para assegurar o estabelecimento, contribuição e permanência das relações pacíficas³⁵.

Já a denominação PIN significava que o posto assim classificado era uma unidade em que os trabalhos de incorporação do índio à sociedade nacional eram intensificados. Pois a sua arquitetura “montada” com vários prédios e maquinarias proporcionava isso e o SPI acreditava que neste “estágio”, o indígena estava próximo de se tornar *um sertanejo próspero e convicto esperançado e eficiente, cômico de suas obrigações, deveres e direitos, na contínua progressão para a civilização dominante no Brasil*³⁶. Em documento instrutivo, o Serviço explica que:

A passagem de um posto para outra categoria depende de várias circunstâncias, acontecendo muitas vezes envelhecer o P.I.A. em sua função de pacificação, em virtude da índole da tribo, enquanto que outros P.I.A. passam a P.I.N. e vão em rápido progresso se aproximando dos fins visados pelo SPI, que é o de incorporar ao Estado aquela população marginal³⁷.

A definição normativa do Posto de Assistência, Nacionalização e Educação, de acordo com o documento que diz respeito ao esclarecimento sobre a natureza dos postos indígenas:

A ação dos P.I.N., ou seja, os Postos de Assistência, Nacionalização e Educação, cujo fim é auxiliar aos índios já aproximados, e em boas relações antigas ou recentes, com os ensinamentos e recursos que possam carecer para melhorar as condições de sua vida até levá-los a incorporação econômica e social na sociedade brasileira³⁸.

Para além dessa classificação considerando os estágios de evolução social dos índios que nos leva para uma reflexão das hierarquias estabelecidas, queremos centrar na questão de como esse constructo reflete nas arquiteturas que se estabelecem – posto x aldeia – e, ainda mais, casas de taipa ou de palha, apartadas das casas de alvenaria dos postos. Isso nos faz pensar em “fissura”, “fratura”, “clivagem”. E tudo isso como consequência das relações engendradas entre funcionários e grupos indígenas (Bororo, Terena, Bakairi e outros grupos da região do Xingu) dentro dos limites do “cerco de paz”³⁹. Logo, penso essas edificações como reflexo dessas relações. Partindo desse princípio, é possível sugerir hipóteses do motivo dessas “fissuras” como reflexo de clivagens mentais externalizadas nas “fissuras” físicas dos postos.

Se pensarmos a partir da perspectiva dos Bororo, podemos sugerir alteridade do grupo em relação ao posto, em fazer a escolha de permanecer à parte, nas suas casas, mantendo as relações com os funcionários a partir do trabalho e da aquisição de bens, por exemplo. Se refletirmos a partir dos funcionários, tendo a pensar nessa divisão como uma exterioridade da noção de indianidade, pautada no evolucionismo, concebendo os índios em um estágio anterior de evolução, por conta disso, inferiores e, consequentemente, partindo dessa relação hierarquizada, não se opunham à divisão arquitetônica, por entenderem que os Bororo passariam a morar no posto no momento que estivessem “prontos”, isto é, tivessem alcançado o estágio de “civilizados”. A ascensão ao espaço do posto, com edificações na concepção ocidental de casas, feitas

de tijolos, mesmo que esses sejam de terra crua, telhados e compartimentadas, vinha como consequência. Considerando esta hipótese, percebe-se o quanto esse processo de instalação dos postos era bem mais complexo que seguir as instruções normativas do Serviço. Pois, apesar de mais de trinta anos de presença e ação “civilizatória” contínua do SPI para com esses grupos, mesmo assim, eles continuavam, literalmente, compondo a paisagem do posto e morando em suas casas na aldeia.

Um entendimento baseado nas duas hipóteses mencionadas acima pode explicar em parte essa clivagem de maneira simples e direta. Mas, se ao invés de fazer essa leitura, mudarmos a escala de observação, cotejando na documentação e procurando nos detalhes das imagens, chegaremos a esse falso “conjunto” em que aparecem fissuras, clivagens e características que dependem de vários fatores, principalmente, dos que levam em consideração as relações estabelecidas dentro e fora dessa espacialidade, tida como posto indígena. Nessa mudança de escala, podemos perceber diferentes formas de fragmentação, colocada aqui nos termos de “fissura”, enxergando essa divisão física: funcionários e edificações de um lado *versus* índios e aldeias do outro e também nos termos de clivagens, distinguindo as concepções de mundos diferenciados, percebendo as ações a partir de uma estrutura mental de entendimento do Outro ou ainda circunscrevendo as relações aí presentes. Essa exterioridade das fotografias dos postos nos impulsiona a fazer um recuo no tempo e no espaço, pois entendemos que esse enfoque recortado e revelado nos anos de 1942 e 1943 tinha raízes em um tempo mais atrás e com a participação indígena.

Conclusão

Ao exercitar o primeiro movimento que é olhar para as imagens, classificadas como “instalações dos postos”, percebemos uma arquitetura, um espaço pensado, padronizado e institucionalizado, cujas “origens” não eram dos anos de 1942 e 1943, mas sim, de estruturas moldadas de diferentes temporalidades passadas. As imagens demonstram forte carga institucional, em que observamos os índios compondo a paisagem de “construtores” de um Brasil enquanto Estado-Nação.

As fotografias, tanto de Schultz quanto de Foerthmann, tentam dar conta do espaço do posto como um todo, no sentido de uma estrutura una e completa. Mas,

nem sempre, o ângulo da câmera fotográfica alcançou toda essa estrutura e com isso, percebemos os fotógrafos priorizando captar as imagens dessas estruturas a partir da sede de cada posto. Essa escolha de ângulo nos proporcionou algumas conclusões, a primeira refere-se à importância dada à estrutura do posto como um lugar que imprimia concepção de modernidade como marca de diferença em relação à noção de aldeia. Essa demonstração de “civildade” a partir da estrutura do posto era tão marcada que, ao percorrer a documentação escrita, a sensação que a mesma passa é que esse lugar – a aldeia – em sua maioria estava fora do espaço do posto. Em alguns casos, há indicação de se encontrar dentro dos limites do posto, mas, como se estivesse tão distante a ponto de ser tomada como fora.

Ao olhar com mais vagar, percebemos nessas estruturas panorâmicas com aspecto de lugarejo, como o caso do posto indígena São Lourenço, a existência de fronteiras físicas, pelo menos, em dois níveis: um primeiro, de reconfiguração do mapa brasileiro, proporcionando a criação de municípios, estradas e fazendas, a partir da liberação dos espaços concebidos pelos funcionários como “vazios”. E, em um segundo nível, aponta para a presença das aldeias dentro dos espaços dos postos e, mais, estando ao lado das edificações de alvenaria, evidenciando a fissura exposta, a separação, a quebra, a fronteira física. Assim, nos dá conta de que a construção do posto com sede, escola, casa de máquinas etc., não era sinônimo da extinção da aldeia.

A partir dessa revelação, que se deu por meio das fotografias, passamos, de um ponto de vista físico, desse “todo” (posto indígena) compreendido de duas partes, para outro nível, chamado de “ponto de vista mental”⁴⁰. Tal passagem só nos foi possível devido à substancial evidência que essas fotografias nos ofereceram.

Logo, o posto estava fisicamente ali, com a sede, a escola, o hospital, o pátio, a casa de máquinas e, logo mais atrás, a aldeia. Entendendo que esses dois espaços (posto e aldeia) coexistiam. A partir dessa conclusão, as imagens nos convidam a verticalizar ainda mais o olhar e indagar o que se produziu a partir da composição: pessoas (grupos indígenas e funcionários) e coisas (edificações, lavoura, pátio central da sede e da aldeia) desses dois mundos. Bom, esta e outras questões, frutos de desdobramentos possíveis, fazem parte de outros exercícios feitos na tese de doutorado “*Naturalmente filmados: modos de atuar e de viver nos postos indígenas do SPI na década de 1940*”. Para o momento, tomamos essas poucas incursões como desafio e propósito

de oferecer uma pequena contribuição para engrossar as fileiras dos estudos que exploram diversos temas ligados à história dos índios e do indigenismo na interface da antropologia e da história⁴¹.

Referências

- ARRUDA, Lucybeth Camargo. 2012. *Naturalmente Filmados*: Modos de atuar e de viver nos Postos Indígenas na Década de 1940. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Estadual de Campinas, Unicamp.
- BURKE, Peter. 2004. Testemunha ocular: história e imagem. Bauru, São Paulo. EDUSC.
- CABRAL, Octaviano. 1963. Histórias de uma região – Mato Grosso, fronteira Brasil – Bolívia e Rondônia.
- CALVO Luis C. 1997. Imagen y ciencia. En torno a la indagación sobre la búsqueda de la naturaleza biológica de la cultura. Quark (Barcelona). N. 9, pp. 25-35.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 1968. Urbanização e tribalismo. A integração dos índios Terêna numa sociedade de classes. Rio de Janeiro. Zahar Editores.
- EDWARDS, Elizabeth. 2001. Raw Histories. Photographs, Anthropology and Museums. Oxford. Publishers Ltd.
- GALETTI, Lylia da Silva Guedes. 2000. Nos confins da civilização: sertão, fronteira e identidade nas representações sobre Mato Grosso. Tese de Doutorado em História Social, São Paulo, USP.
- GINZBURG, Carlo. Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e História. SP, Cia das Letras, 1990.
- LEFEBVRE, Henri. 2006. A produção do espaço. Trad. Grupo “As (im)possibilidades do urbano na metrópole contemporânea”, do Núcleo de Geografia Urbana da UFMG. (do original: La production de l’espace. 4ª Ed. Paris: Éditions Anthropos. 2000).
- LIMA, Antonio C. de S. 1995. Um Grande Cerco de Paz, Poder de Tutela, Indianidade e formação do estado no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Vozes.
- MACIEL, Laura Antunes. A Nação por um fio: caminhos, práticas e imagens da Comissão Rondon. São Paulo, PUC, 1997. (Tese de doutorado).

- ¹ Este artigo é um esforço de síntese de um dos capítulos da tese de doutorado em Antropologia Social/Unicamp, cujo título é “Naturalmente filmados: modos de atuar e de viver nos postos indígenas do SPI na década de 1940”. Vale frisar que para realizar a tese em uma perspectiva de diálogo entre a antropologia e a história, o programa de antropologia social da Unicamp, na linha de pesquisa em etnologia, sob a orientação do professor John M. Monteiro (*in memoriam*), pareceu-me mais adequado, já que a linha possuía um histórico de orientação em pesquisa na história dos índios e do indigenismo no Brasil, além de dar o suporte teórico e metodológico para indagar as imagens para além de uma fonte documental, movendo-me para um exercício etno-histórico-fotográfico.
- ² Comunicado ao inspetor da regional 06 do SPI, em janeiro de 1922. Microfilme 221. Fotograma 1040. SARQ – MI. RJ.
- ³ A legenda produzida pelo Arquivo do Museu do Índio traz primeiramente a autoria do fotógrafo. Aqui, faço a inversão por entender que a principal informação é a legenda que revela alguns elementos (mesmo que exíguos) da pessoa fotografada e então, depois, o nome do fotógrafo. A referência de identificação da imagem é o código de acesso na base de dados do Museu do Índio. Ao me referir à fotografia no corpo do texto não utilizarei a numeração arábica, e sim o código de acesso.
- ⁴ Luis C. Calvo (1997).
- ⁵ Quando separamos as imagens, estava buscando formas de adensar a documentação e permitir, com isso, quebrar os discursos que apareciam nos escritos como homogêneos da política implementada pelo SPI e tentar acessar os processos históricos aí engendrados. Coloco essa escolha pelas imagens também como um ponto de encontro de interesses e desejos, tanto de minha parte quanto da parte do meu orientador John Monteiro (*in memoriam*). John gostava muito de imagens. Em suas aulas, elas estavam sempre presentes e eram consideradas como fundamentais. Nos últimos anos, as imagens passaram a ser foco de estudos e análises e, também, de orientações de dissertações de mestrado e teses de doutorado. Ao mostrar o acervo iconográfico dos postos ao John, foi imediata a orientação para mudar o foco das atenções para as fotografias. Eu, timidamente, disse para ele que tinha vontade de trabalhar com as fotografias, pois, durante o Mestrado tinha lançado luz ao trabalho fotográfico feito por Harald Schultz como funcionário do SPI, mas, não tinha desenvolvido. John incentivou e disse que aquele era o momento para mudar e que seria um ganho trabalhar a documentação do SPI considerando o acervo iconográfico e, mais, que elas deveriam ser centrais na pesquisa.
- ⁶ Conforme C. Ginzburg (1990).
- ⁷ Estes são os postos estudados neste trabalho, fruto da tese de doutorado.
- ⁸ Esses estudos, em grande parte, na região Centro Oeste, foram feitos via trabalho de parceria com a Comissão Rondon, que foi a responsável por fazer os primeiros contatos com os grupos indígenas localizados no estado.
- ⁹ O exercício do poder tutelar implica em obter o monopólio dos atos de definir e controlar o que seja a população sobre a qual incidirá – definição de Antonio Carlos de Souza Lima em *Um Grande Cerco de Paz* (1995).
- ¹⁰ (Cabral, 1963, p. 281). Este foi o projeto idealizado por Rondon para o Posto Fraternidade Indígena para abrigar índios do povo Umutina, a partir da fundação do posto no ano de 1913.
- ¹¹ Cabe frisar que esta visão compreendia uma perspectiva do Brasil visto desde o Litoral, sendo esta a referência do lugar “mais desenvolvido” para o “menos desenvolvido”. Na época colocada nos termos do progresso.
- ¹² Instruções para uso dos inspetores do Serviço de Proteção. Microfilme 380. Fotogramas 0001211 a 00001221. SARQ – MI. RJ.
- ¹³ Instruções para uso dos inspetores do Serviço de Proteção. Microfilme 380. Fotogramas 0001211 a 00001221. SARQ – MI. RJ.
- ¹⁴ Instruções para uso dos inspetores do Serviço de Proteção. Microfilme 380. Fotogramas 0001211 a 00001221. SARQ – MI. RJ.
- ¹⁵ Nos termos de Lima, “Quando raramente frequentou as páginas dos estudos antropológicos, o SPI apareceu na qualidade de criação pessoal e venerável de seu primeiro diretor geral, o na época tenente-coronel Cândido Mariano da Silva Rondon. Paradigma moderno *desbravador dos sertões*, um dos mitos inconteste da história oficial do Brasil republicano, Cândido Rondon é o patrono da arma de Comunicação do Exército, das Telecomunicações em nosso país, e primeiro brasileiro a ser apresentado enquanto candidato ao Prêmio Nobel da Paz, em 1958, objeto de inúmeras biografias encomiásticas” (Lima, 1995, p.11).

- ¹⁶ É necessário frisar que através da Escola Militar da Praia Vermelha Cândido Rondon teve uma formação intelectual calcada no Apostolado Leigo de August Comte, o que mais tarde ficará evidenciado na sua prática junto ao Serviço de Proteção aos Índios.
- ¹⁷ (Maciel, 1997).
- ¹⁸ Missão Rondon III. Jornal do Commercio, de 12 de junho de 1913. Microfilme 382. Fotograma 059. SARQ – MI. RJ
- ¹⁹ Missão Rondon III. Jornal do Comércio, de 12 de junho de 1913. Microfilme 382. Fotograma 059. SARQ – MI. RJ.
- ²⁰ Lylia Galletti (2000).
- ²¹ (Galletti, 2000, p. 234).
- ²² Relatório de 1918 da inspetoria regional 06. Microfilme 380. Fotograma 1225. SARQ – MI. RJ.
- ²³ Ofício nº 21, de 3 de novembro de 1943, da inspetoria regional ao Sr. José Alves de Arruda, Encarregado do Posto Córrego. Grande Microfilme 197. Fotograma 000889. SARQ – MI. RJ.
- ²⁴ Legenda da imagem SPI02864. Informações de época datilografadas no Álbum de contato SPI SE 01-02. SARQ – MI. RJ.
- ²⁵ Informações de época datilografadas no Álbum de contato SPI SE 01-02. Legenda da imagem SPI02864. SARQ – MI. RJ.
- ²⁶ Lefebvre (2000, p. 06).
- ²⁷ (Lefebvre, 2000, p. 06).
- ²⁸ Legenda da imagem SPI02864. Informações de época datilografadas no Álbum de contato SPI SE 01-02. SARQ – MI. RJ.
- ²⁹ O nome da aldeia “Quejare” aparece na documentação do SPI com mais de uma grafia, ora “Quedjare”, devendo ser a forma mais aproximada da pronúncia Bororo e ora, como nesse documento, “Quejare”.
- ³⁰ Pela documentação havia ainda na região várias outras aldeias Bororo, podendo estar nas proximidades dos limites da povoação, sem estarem dentro dos limites de outros postos (Perigara, Jardore, Córrego Grande) criados na região para os Bororo.
- ³¹ Para saber mais sobre esse processo ver Cardoso de Oliveira (1968).
- ³² É importante esclarecer que o aldeamento Bananal, assim como Córrego Grande, tornou-se posto indígena e o SPI adotou a mesma denominação da aldeia para o posto até o início da década de 1940, quando houve mudança de nome para Posto Indígena de Assistência e Nacionalização Taunay.
- ³³ Relatório da inspetoria regional 06, de 1915. Microfilme 379. Fotograma 1093. SARQ – MI. RJ.
- ³⁴ Lefebvre (2000, p. 06).
- ³⁵ Esclarecimentos sobre a natureza dos postos indígenas. Orientação Ministério da Agricultura. Microfilme 380. Fotograma 1278. SARQ – MI. RJ.
- ³⁶ Documento oficial do Ministério da Agricultura que expõe as funções dos Postos Indígenas, em 1945. Microfilme 380, Fotograma 929. SARQ – MI. RJ.
- ³⁷ Esclarecimentos sobre a natureza dos postos indígenas. Orientação Ministério da Agricultura Microfilme 380. Fotograma 1278. SARQ – MI. RJ.
- ³⁸ Esclarecimentos sobre a natureza dos postos indígenas. Orientação Ministério da Agricultura. Microfilme 380. Fotograma 1278. SARQ – MI. RJ.
- ³⁹ Conforme Lima (1995).
- ⁴⁰ (Burke, 2004, p. 37).
- ⁴¹ Agradeço ao professor John Monteiro (*in memoriam*) pela generosidade nas orientações e pelo trabalho que dispensou para a minha formação como pesquisadora e professora que hoje sou. Obrigada professor John!